

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 23.^a Sessão Ordinária
Realizada em 23 de abril de 1971 — (Sexta-feira)

Presidência do sr. deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos srs. deputados Domicio Scaramella e Quielse Crisóstomo.

As 10.00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (38); achando-se ausentes, os srs. deputados: Nelson Buffara, Rosário Pitelli, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arthur de Souza, Hélio Manfrinato, Lázaro Dumont, Nivaldo Krüger e Ovídio Franzoni (9).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, com audiência da Casa, seja incluído, em Regime de Urgência, Projeto de Lei de sua autoria que tem por objetivo a concessão de Título de Cidadão Paranaense ao General de Divisão José Campos de Aragão.

A urgência solicitada tem por motivo a iminente transferência de Comando da 5.ª Região Militar, parecendo lógico que esta Casa homenageie o eminente militar antes de sua transferência para o Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1971.

(a) — **Erondy Silvério**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que éste subscreve, na forma regimental, requer, após ouvido o Plenário, que a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa faça uma sugestão ao sr. Pêrsio Ferreira, digníssimo Secretário de Segurança Pública, no sentido de que seja criado um grupo de trabalho para estudar os problemas do sistema penitenciário paranaense e seu aprimoramento.

Prende a sugestão ao fato de todo o sistema carcerário não mais atingir os ideais a que foi proposto, ou seja, ao de recuperação do sentenciado, e sua readaptação à vida social.

Sofre o condenado privações, por falta de condições materiais e humanas, o que vem acarretar uma revolta maior ainda por parte dos mesmos, que deixam de crer que a pena tem caráter de recuperação, para transformá-la em retribuição ao mal praticado.

Esta falta de condições atinge, principalmente, os condenados por crimes leves e primários, que se vêm misturando e obrigados a permanecerem nas mesmas celas com aquêles que cometeram, às vêzes, crimes cruéis e desumanos, correndo riscos de sofrerem influências danosas.

Problemas maiores acontecem nas cadeias públicas das cidades interiores, pequenos cubículos, que são obrigados a ter em suas dependências dezenas de detidos, sem que se possa dar qualquer condição de higiene e humanidade, gerando o descrédito e a desconfiança dos que ali se acham presos, acarretando maior corrupção de costumes.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1971.

(a) — **Alvaro Dias**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que éste subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência que determine a expedição de ofício ao excelentíssimo senhor Secretário dos Transportes, neste Estado, solicitando o asfaltamento das estradas Londrina-Mauá; Campo Mourão-Cascavel, Mauá-Faxinal-Jardim Alegre-Ivaiporã; Londrina-Warta-Sertãoópolis-Porto Charles; Londrina-Beia Vista-Alvorada do Sul e uma rodovia ligando Rolândia direto a Maringá.

Não há necessidade de justificar-se a imprescindibilidade do asfaltamento dêsses meios de comunicação, se levarmos em consideração as estatísticas econômicas. Todas essas rodovias servem uma área de incontestáveis recursos, cuja produção agropastoril alcança um dos maiores índices de nosso Estado e do próprio país. O asfaltamento se faz necessário, porque canalizará para o Paraná maiores somas tributárias e dará aquelas regiões, maiores condições de desenvolvimento econômico.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1971.

(a) — **Antonio Belinati**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado infra-assinado, com a devida vênia, requer a V. Exa., segundo o disposto no art. 40 do Regimento Interno desta Casa, se digne convocar a Comissão Especial dos assuntos da E.F.C.P., para se reunir numa das salas dêste edifício, sob a presidência do sr. 1.º Vice-Presidente, a fim de dar imediato cumprimento às suas atribuições legais.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1971.

(a) — **Muggiati Filho**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que éste subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência seja encaminhado pedido de informações

ao Excelentíssimo Senhor Doutor Daniel Egg, Digníssimo Secretário de Saúde do Estado, indagando:

1) — Por que motivo a “Associação César Lates”, órgão vinculado ao Departamento Estadual da Criança, cobra a importância de Cr\$ 0,50 por unidade de leite, medicamento e consulta que concede a pessoas pobres, sabendo-se que nos dois primeiros há a inscrição “Proibida a venda”?

2) — Qual a razão da existência do Departamento Estadual da Criança, sabendo-se que o mesmo já não mais exerce a sua função nos postos de puericultura, hoje entregues à Associação “César Lates”?

3) — O leite e os medicamentos distribuídos pela Associação César Lates são os doados pelo Governo dos Estados Unidos e Laboratórios de nosso Estado?

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1971.

(a) — Alvaro Dias

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 40-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Assistência Lar Esperança de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1971.

(a) — Antônio Belinati

JUSTIFICATIVA:

A Assistência Lar Esperança de Londrina, funcionando na cidade de Londrina, neste Estado do Paraná, entidade assistencial, tendo por finalidade acolher, amparar e recuperar moral e espiritualmente mães solteiras, que se acham na contingência da maternidade e não dispõem de recursos e nem de apoio de seus familiares, bem como amparar e educar seus filhos. Com isto combate a prostituição, a delinquência, infância abandonada, contribuindo com o Governo do Estado, na solução desses graves problemas que enfrenta.

É uma obra merecedora de nosso apoio, merecendo ser declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI N. 41-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica transferida para a viúva Francisca Macedo Guttierrez a pensão mensal concedida a Gabriela Souza Macedo pela Lei n.º 1.534, de 9 de dezembro de 1953, alterada pela Lei n.º 5.205, de 11 de dezembro de 1965.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1971.

(a) — Antônio Costa

JUSTIFICAÇÃO:

A pensão mensal objeto deste projeto era concedida, com todo cabimento e justiça, a uma figura veneranda, querida e tradicional de Curitiba, Gabriela Souza Macedo (Gabrielinha). É de se lamentar, muitíssimo, seu passamento recentemente registrado.

Ocorre, todavia, que a finada deixa uma irmã, de idade avançada, Sra. Francisca Macedo Guttierrez, viúva e desprovida de maiores recursos que lhe possibilitem uma velhice tranquila e mais condizente com a tradição e significado de seu nome na sociedade paranaense.

Eis por que contamos com o apoio dos nobres pares no sentido de fazer vingar nossa proposição.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Talves nenhuma figura de nossa história merecesse ser reverenciada por esta Casa, com tanta elevação de civismo, como a do herói da Inconfidência Mineira, Tiradentes.

A fim de que, com relação a figura, que todos nós cultuamos, não fique o transcurso de sua data sem registro nesta Casa, é que tenho a honra de ocupar a tribuna neste momento.

Não pretendemos fazer um paralelo entre o Brasil de hoje e o Brasil de Tiradentes, mas se Tiradentes representou as aspirações do povo do Brasil, principalmente no que se refere às idéias de liberdade, de fraternidade e de igualdade que criavam raízes no mundo, assumindo a paternidade e a liderança desse movimento no País, buscando a nossa independência, no momento em que nós passamos por uma fase de transição, ainda mais se devem fazer presentes os ideais desse homem, dessa figura imortal.

Ao Poder Legislativo, sr. Presidente, que representa principalmente os anseios e as aspirações de todo o povo que ele representa, tem um significado marcante a rememoração dessa figura, que lutou e merece toda a nossa admiração, pelos princípios de independência que defendeu; independência que não é outra, mas é a mesma que a nossa Constituição estabelece entre os órgãos que compõem o Poder. E entre os órgãos que compõem o Poder estamos notando que, nos dias de hoje, apesar dos princípios assentados pela nossa Carta Magna, há como que, em muitos pontos uma ascendência do Poder Executivo sobre os demais órgãos do Poder.

Essa ascendência, no entanto, não visa, em absoluto, prejudicar, se cada um dos poderes se colocar na sua devida posição, isto é, mantendo a sua independência; não visa dizer eu, tolher a independência dos outros poderes. Já disse que é possível um Estado forte...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa lembra ao nobre Deputado que falta apenas um minuto para concluir sua oração.

O SR. MUGGIATI FILHO — Obrigado.

... um Estado democraticamente forte. Mas, no momento em que vemos determinados atos praticados em nosso País, em determinados lugares, de ascendência do Poder Executivo, nós lembramos a grande expressão que conduziu Tiradentes "Libertas quae sera tamen", a liberdade ainda que tardiamente, merece contudo ser conquistada, deve ser procurada.

Esse dístico da liberdade "Libertas quae sera tamen" deverá ser, portanto, permanentemente cultuado por esta Casa como expressão máxima de patriotismo.

Era só, sr. Presidente, obrigado. — (revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre deputado Erondy Silvério, segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O assunto que nos traz à tribuna é rápido, mas não devemos deixar passar sem comentário; não protesto, mas comentário, e se refere às últimas modificações introduzidas no atual tráfego da cidade, pelo atual Diretor do DETRAN.

Não queremos criticar S. Exa., porque o sabemos engenheiro competente, capaz, e se constituiu uma boa escolha do atual Governador.

Todavia, trânsito é um assunto muito sério, e as modificações introduzidas no sistema viário de uma cidade devem ser precedidas de um estudo acurado, para que essas modificações não tragam consequências da-

nosas para o comércio, para a indústria e para a própria vida da cidade.

As vezes, quando se modifica o sentido de tráfego de uma rua, as consequências são danosas para o comércio. Vamos exemplificar aqui o caso Carlos Cavalcanti, dando apenas sentido único, ao inverso do que era anteriormente, e o comércio daquela via pública ainda não se refez da modificação.

O fechamento da Travessa Oliveira Bello trouxe consequências danosas para o curso da avenida Desembargador Westphalen.

Agora, o sr. Diretor do DETRAN, a pretexto de descongestionar o trânsito da Praça 19 de Dezembro, introduziu diversas modificações que, a nosso ver, não correspondem à boa técnica de trânsito. Ele, realmente, descongestionou a Praça 19 de Dezembro, mas o fez cortando o sentido de duas direções de tráfego; cortou o sentido de duas direções de tráfego, reduzindo, assim, o afluxo de veículos que passavam por aquêle logradouro. E com isso, evidentemente, ele diminuiu o congestionamento de trânsito.

E, agora, ele acaba de adotar outra medida que vai trazer consequências danosas para o comércio localizado na rua Marechal Floriano Peixoto, dando sentido único a uma avenida larga, de grandes dimensões, que foi construída pelo ex-Prefeito Iberê de Matos, exatamente para tráfego pesado, em duas direções. E agora, o sr. Diretor do DETRAN acaba de dar apenas um sentido, congestionando enormemente a Avenida Desembargador Westphalen, que não tem uma pista de rolamento capaz de suportar um fluxo maior de veículos, que vai ter que suportar, de amanhã em diante.

Nós, como Deputados representantes do povo, temos que ocupar a tribuna, não no sentido de fazer oposição sistemática ao atual Governo, mas no sentido de uma crítica construtiva, porque essas modificações devem ser precedidas de estudos acurados, devido às consequências que virão; não devem ser tomadas de afogadilho, apenas para impressionar quem assume novas funções no governo. Geralmente, quem assume uma nova função, toma uma série de medidas para impressionar, mas o efeito é ao contrário; acaba recebendo as críticas da opinião pública, e a voz do povo é a voz de Deus. Portanto, essas modificações devem ser precedidas de melhores estudos. Queremos alertar o diretor do DETRAN para que ele faça um estudo mais acurado do sistema viário da cidade.

Agora estamos tendo conhecimento de que o IPPUC, Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbana de Curitiba, em perfeita consonância com o diretor do DETRAN, vai implantar o anel viário dentro da cidade. A implantação desse anel vai trazer consequências desastrosas para o povo e, na oportunidade, vou trazer um estudo completo, vou mostrar as consequências desastrosas para a população de Curitiba, que se serve da rede de transportes coletivos da cidade. A implantação desse anel vai beneficiar as empresas, que vão andar menos com seus ônibus, cobrando as mesmas tarifas e prejudicando o povo, que vai andar mais, para que um arquiteto meio biruta possa plantar flores na rua 15.

Então vamos desapropriar a Rua 15, acabar com o comércio da mais importante via pública da cidade; — deixa-se a avenida paralisada por dois anos, quase levando a falência os proprietários de lojas daquela artéria; procede-se ao alargamento da Rua 15, para depois vir um arquiteto sonhador, meio biruta, interromper o tráfego naquela via, para plantar rosas. Com isso não vamos concordar; esta tribuna é livre, viremos aqui, com estudo profundo e acurado das consequências danosas que tais medidas vão trazer para o povo de nossa Capital, o povo de Curitiba.

Tenho certeza de que a egrégia Câmara de Vereadores de Curitiba, constituída de extraordinários elementos, representantes da comunidade curitibana, irá juntar sua voz à nossa, num protesto uníssono contra medidas que servem para endeusar os detentores das posições públicas, dos cargos públicos, mas que, em última análise, vêm em detrimento da população da cidade. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputadoACYR José.

O SR. ACYR JOSÉ — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Queremos nos parabenizar com o deputado Muggiati Filho, que não deixou passar despercebida a data de 21 de abril, a qual assinalou mais um aniversário do holocausto de Joaquim José da Silva Xavier, o mártir augusto da independência do Brasil.

Naquele longínquo e agitado 1792 sentiu o povo, na execrável condenação de Tiradentes que, a partir de então, ser brasileiro seria melhor, e quem era um privilégio, em razão do sacrifício daqueles que morreram por uma pátria livre por uma pátria liberta.

Ele foi o plasmador da alma nacional, ele foi modelando lenta e pacientemente o espírito pátrio. Foram necessários mais de quatro séculos de sofrimento. Sofreram os portugueses nos albores de nossa História, pois vieram eles de uma Europa civilizada para uma terra selvagem; sofreram os nossos índios com o choque doloroso de duas culturas com concepção diferentes da forma de vida; sofreram os nossos negros, que foram arrancados de sua terra natal e para cá trazidos nos navios negreiros. Finalmente chegou-se à mais alta e nobre causa nacional, quando concretizou-se a fusão das raças, irmanadas pelo sofrimento. Deu-se, então, quase o impossível — a dominação, num esforço comum, da imensa área; todos se levantaram e sentiram, de perto e bem próximo, a presença de Deus ensinando aquilo que seria maravilhoso e belo, a igualdade dos homens.

Neste instante, aqui nesta Assembléia, ao solidarizarmo-nos com a homenagem que o deputado Muggiati Filho prestou ao Mártir da Independência, lembro aquilo que Tiradentes disse ao pé do patíbulo “Dez vidas se tivesse dez vezes eu daria pelo Brasil”. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Xenofonte Villanueva.

O SR. XENOFONTE VILLANUEVA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O Paraná econômico vive hoje um agradável evento. É a instalação, em nosso Estado, da Associação Brasileira de Capital Aberto.

Cumprе ressaltar aqui, que é a primeira vez no País que se instala uma Associação com tais características, ou seja, unindo Sociedade de Capital Aberto. Esta Associação conta atualmente com a participação de 33 emprêsas paranaenses, nas quais estão incluídos 10 a 14 bancos.

É fácil para todos nós compreendermos a importância da instalação em nosso Estado deste tipo de sociedade, sociedade que procurará buscar a valorização das ações das indústrias paranaenses, valorização esta especialmente através do que se chama “under writhring” ou seja, compra pelos bancos de investimentos da totalidade das ações e que se encarregarão da colocação das mesmas. É a maneira prática, a maneira real que se encontra hoje em nosso Estado para evitar aquele fenômeno econômico que traz grandes preocupações à Bolsa de Valores de nosso Estado, ou seja, a evasão das poupanças do Paraná que estamos vendo, serem aplicadas para dinamização e para o enriquecimento de outras economias. Esta Associação Paranaense de Sociedades de Capital Aberto tem como finalidade a melhor divulgação dos negócios da Bolsa de Valores e estará constituída por uma Diretoria, representada pelos seguintes industriais:

Presidente — Klaus Nixdorf.

Vice-Presidente — Dr. José Rêgo Cavalcanti, da Paraná Equipamentos.

Terá o Secretário, o representante da Cia. Fôrça e Luz do Paraná, e será seu Tesoureiro o Dr. Ivo Gomes, Diretor da Móveis Cimo.

Vemos então que estão à frente da Associação Paranaense de Capital Aberto, homens de empresa com dinamismo, juventude e capacidade, que irão conduzir esta Associação na sua real destinação, ou seja, proporciona-

rão ao Paraná a dinamização dos negócios da Bolsa de Valores de ações, fazendo com que haja um equilíbrio entre a pujança econômica de nosso Estado e os investimentos no setor de ações.

Por motivo da instalação, hoje, em nossa cidade, desta Associação, eu quero solicitar verbalmente à Mesa, que seja enviado um ofício contendo um voto de louvor e de apoio desta Casa à iniciativa que se constitui nesta data. Peço ainda, que o referido ofício seja encaminhado à Bolsa de Valores do Paraná para que, por intermédio dela seja entregue à Diretoria que foi nomeada.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa anuncia com satisfação a presença, neste Plenário, do sr. José Pereira, presidente da ARENA no município de Jataizinho, e do sr. Mário Zncub, vereador, também de Jataizinho. E mais os srs. Lauro de Carvalho Chaves, Adalberto Daros e Aroldo Armstrong, vereadores da Câmara Municipal de Curitiba. Da mesma forma, a Mesa tem a grata satisfação de anunciar a presença dos srs. Antonio Souza Pereira, prefeito municipal de Araruna e Miguel Arcanjo, vice-prefeito daquele município, bem como registra com satisfação a presença aqui do sr. José Correia, prefeito de Agudos do Sul.

Tem a palavra no Pequeno Expediente, o quinto orador inscrito, sr. deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Ilustre sr. Presidente e srs. Deputados.

Nós estamos aqui na manhã de hoje, para levarmos, desta tribuna, um apêlo veemente a S. Exa. o sr. Secretário da Fazenda, para que conclua com a máxima brevidade possível, os estudos que tem em mãos, coerente com o Decreto Presidencial, e também por determinação de S. Exa. o sr. Governador Haroldo Leon Peres, no que tange ao problema da distribuição do ICM, tomando por base índice fixado em anos anteriores. Sr. Presidente e srs. Deputados, é imensa a nossa satisfação, quando pudemos observar, na tarde de ontem nesta Casa, desfilar em homens de grande responsabilidade no conceito político paranaense, desfraldando a bandeira da paz e da harmonia.

Ouvimos com bastante atenção e respeito, as palavras do eminente Líder, ouvimos também o pronunciamento do Deputado da bancada oposicionista; mais adiante, a palavra ponderada do nosso companheiro Wilson Brandão. E, com satisfação, ouvimos também a palavra do ex-Líder do Governo, deputado Erondy Silvério que, com tanta prudência, que lhe é peculiar, fez um pronunciamento breve mas marcante, quando afirma aqui S. Exa. que jamais irá voltar ao assunto que vinha constando da pauta dos trabalhos de ontem. Um episódio que, lamentavelmente, está criticando o Governo do Paraná em manchetes de todo o Brasil. Eu não poderia deixar de dizer aqui que me sinto realmente entusiasmado, como paranaense e como parlamentar. Mas, srs. Deputados, voltando ao assunto que nos trouxe à Tribuna, gostaria de registrar aqui que crises políticas não surgem sem razões profundas; geralmente crises políticas são oriundas de crises financeiras, porque sabem os srs. Deputados que compõem esta Casa, que a maior autoridade, que a maior lei é aquela que o povo fala quando está com a barriga vazia. Um chefe de família, um pai de uma professora, uma própria professora que às vezes mantém seu lar com tanto sacrifício, não recebem seus vencimentos em dia porque as Prefeituras não têm condições de pagar, isto faz com que aquela professora, aquele funcionário comecem a falar, pressionados pela lei maior, pressionados pelo estômago.

Temos visto na história mundial que o maior general, que viveu as maiores guerras e revoluções é o "General Estômago". Portanto, sr. Presidente, é grande a nossa preocupação com a crise financeira que hoje assola todo o interior do Brasil e, principalmente, para nós, o interior do Paraná. 90% ou mais das Prefeituras paranaenses não tem condições de manter em

dia sequer a metade do pagamento de seu funcionalismo, dado o atual critério de distribuição do ICM.

Então nós aqui estamos, nesta tribuna, imbuídos do propósito mais sadio de levar um apêlo a este homem que ainda ontem recebia uma homenagem nesta Casa, a este homem cuja capacidade é conhecida em todo o país, S. Exa. o Secretário da Fazenda, para que olhe para o interior do Estado, para que olhe para as pequenas Prefeituras, para que sinta que estamos partindo, neste instante, desta Casa, graças a Deus, para uma nova etapa de diálogo, num ambiente de pacificação. Mas que olhe com atenção para que aquela crise financeira que assoja todo o interior do Paraná, não venha criar novamente uma crise, quem sabe até insustentável para todos nós

Deixo aqui, sr. Presidente, o nosso apêlo. Não é uma interpelação, mas o pedido humilde, como representante do povo que sou, desta gente que sofre, apreensivos, uns porque não recebem, outros porque estão perdendo seus empregos, estando prestes a se criar um drama social no interior paranaense. Deixo aqui o apêlo a este homem equilibrado, a este homem desta equipe fabulosa do Governo Haroldo Leon Pères, apêlo que faço em nome das Prefeituras que represento e das que não represento, para que olhe com carinho, com urgência para a solução deste cruciante problema, que é um reexame para a redistribuição do ICM, principalmente para as pequenas Prefeituras que sofrem horivelmente neste momento. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Ivo Tomazoni, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. IVO TOMAZONI -- Sr. Presidente, srs. Deputados.

Estivemos no último dia 21, quarta-feira, na cidade de Medianeira. Conosco lá esteve o nobre deputado Leopoldo Jacomel, participando de mais uma reunião da Associação dos Municípios do Oeste Paranaense, a AMOP.

Com a presença da quase totalidade dos srs. Prefeitos filiados àquela Associação, assuntos do maior interesse e da mais alta relevância para a vida administrativa daquelas comunidades e que dizem de perto ao desenvolvimento, à paz social e à tranquilidade de todas aquela extraordinária região, foram abordados durante aquela reunião.

Dentre todos, o assunto que mereceu o maior cuidado e que, em detalhes, foi discutido, foi o que se refere aos litígios ainda existentes em várias glebas de terra dos inúmeros municípios daquela região.

Os Prefeitos de Toledo, de Assis Chateaubriand, de Medianeira, de Capitão Leônidas Marques e também de Matelândia, todos a reclamar pronta intervenção dos órgãos competentes para que se dê de uma vez por todas, que se ponha um fim aos litígios que não dão tranquilidade aos posseiros, fim nos litígios que impedem o agricultor de usar como documento hábil, junto aos órgãos, aos estabelecimentos de crédito, para possibilitar o levantamento sequer de pequenas importâncias que o capacitem ao financiamento para lavrar a terra, para aquisição das sementes, para aquisição do adubo, tão necessários ao incremento do aumento da produção.

Naquela oportunidade, ouvi com satisfação, e desejo registrar nesta Casa, o depoimento do Coronel Comandante do 1.º Batalhão de Frente, sediado em Foz do Iguaçu, através do qual informou aos srs. Prefeitos associados da AMOP que, quando da visita feita pelos membros do Estado-Maior das Forças Armadas a Foz do Iguaçu, teve ele a oportunidade de fazer-lhes a entrega de detalhado documento no qual historicou a situação aflitiva de milhares de famílias que dependem da ação serena, mas pronta, das autoridades competentes, das autoridades federais, na solução daquele problema.

Convém lembrar aos srs. Deputados que poderão talvez perguntar porque o Governo do Estado não resolve, ele, pelos seus meios e com a sua autoridade o problema que vem entravando o desenvolvimento daquela região e também do Sudoeste paranaense.

Todavia, mesmo existindo no Paraná o Conselho de Desapropriação e Colonização, órgão subordinado ao Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná, uma medida governamental pela qual a faixa de segurança, anteriormente fixada em 66 Km. ao longo da fronteira do nosso país com os países limitrofes, foi ampliada para uma faixa de 150 Km.. Desde que o decreto presidencial atribuiu à responsabilidade do Governo da União a cessão de títulos de quaisquer posses de terra, situadas dentro desse limite, ficou o Estado, como ficaram os órgãos a ele subordinados, impedidos de intervir com os atos de apropriação, que no caso seria a fórmula ideal para a solução do problema, sujeitando-se o Estado do Paraná ao diálogo, anteriormente com o IBRA, órgão representativo do governo da União, conseguindo somente em julho ou agosto de 1970 a assinatura do convênio através do qual uma comissão mista, União e Estado, devesse resolver o problema das terras não litigiosas, reconhecendo a mediação e até a alienação das posses entregues aos legítimos proprietários, redistribuindo-se através do que chamamos de revalidação dos títulos de propriedade.

As glebas litigiosas, que são tantas ainda existentes no oeste e sudoeste do Paraná, dependem agora da intervenção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Ontem, o Plenário desta Assembléia votava um requerimento que se inseriu na ata dos trabalhos, solicitando um voto de aplauso à ação dinâmica de S. Exa. o sr. Diretor do INCRA. É esta a oportunidade também para que esta Casa de Leis, pela voz de seus representantes, formule também um veemente apêlo, no sentido de que um número maior de títulos seja entregue em favor dos ocupantes das áreas litigiosas.

Eu me lembro dos idos de 1950, da década 50-60, do problema que os municípios situados à margem esquerda do Rio Iguaçu viviam, em função do litígio das glebas Missões, Chopim e Chopirzinho.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, V. Exa. aborda, neste momento, com aquele brilhantismo que caracteriza sempre sua presença na tribuna, um assunto para o oeste do Paraná, uma importância transcendente, ou seja, o problema da legalização das terras devolutas, que há longo tempo vem privando grande parte daqueles que trabalham no sudoeste e oeste do Paraná, de um acesso aos estabelecimentos de crédito, privando-os assim de desenvolver a estrutura regional.

Observo — e V. Exa. também — que vários órgãos têm sido criados e transformados, até resumirem-se no atual INCRA, sem que a solução do problema tenha chegado a uma fórmula satisfatória.

Veja V. Exa. que era INIA, IBRA e agora muda o nome para INCRA, mas o problema continua o mesmo. Quero, ao dar este aparte, deixar consignado o agradecimento deste Deputado da oposição a um órgão que efetivamente trabalhou e que foi responsável pela paz em nossa região. Refiro-me ao Getsop, órgão que efetivamente trabalhou, órgão que deu ao sudoeste do Paraná, além do mais, desenvolvimento e progresso.

Digo isto, nobre Deputado pois parece que o GETSOP vai encerrando sua missão em nossa região. É Preciso que todos nós, que representamos o sudoeste reconheçamos, de viva voz, o grande significado do trabalho do Getsop, sobretudo quando existe uma série de órgãos se sucedendo sem trazer benefício algum à nossa região.

O SR. IVO TOMAZONI — Nobre deputado Sebastião Rodrigues. V. Exa., antecipando-se à conclusão de meu discurso, abordou exatamente o assunto que, na sequência, queria abordar quando me referia aos problemas que viveu o sudoeste do Paraná na década 50-60.

Pretendia afirmar que a solução dos graves problemas, consequência dos litígios existentes, só foi possível depois que o Presidente da Repúbli-

ca houve por bem organizar o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste Paranaense.

O Getsop teve a felicidade de ter sido presidido sucessivamente por militares das nossas forças armadas do mais alto gabarito. Refiro-me ao Cel. Edmar, ao Cel. Clovis Cunha Viana, ao Cel. Brasília Marques Sobrinho, os quais souberam, no desempenho de suas funções e com a equipe que conseguiram montar instalando-se na progressista cidade de Francisco Beltrão, alienar as terras aos seus legítimos donos; nas medições foram respeitadas as divisas: o preço foi razoavelmente baixo, pago em prestações, dentro de um prazo que possibilitou a todos o cumprimento das exigências do órgão.

Queria sugerir a esta Assembléia Legislativa, no instante em que o Getsop finaliza o trabalho que realizou nas glebas Missões, Chopin e Chopirzinho, que dirigisse um apêlo ao sr. Presidente da República, para que permitisse que a região do oeste do Paraná, também recebesse os benefícios da ação que, de maneira tão íntegra e tão prática, foi desenvolvida por êsse Grupo

Por que não transferir a sede para a cidade de Cascavel para que, de lá, pudesse agir no sentido de resolver os problemas existentes nos Municípios por mim citados?

É o Getsop, na opinião dêste modesto Deputado, o único órgão, hoje, a não ser que outro à sua semelhança seja organizado, o único capaz de dar solução aos problemas que ainda entravam o desenvolvimento de uma região; mas o que é mais grave, é que, ainda hoje, é em 90% dos casos, o responsável pelo elevado índice de criminalidade registrado em toda aquela região.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, V. Exa. há pouco disse que eu me teria antecipado a V. Exa. ao registrar a admiração e o reconhecimento pelo Getsop e eu digo a V. Exa. que o vejo com felicidade também, porque V. Exa. se antecipou a mim num problema que sinceramente vem me preocupando, para o qual eu via a mesma solução que V. Exa., desta tribuna, é a extensão da jurisdição do Getsop às terras do oeste paranaense. Dou aqui o meu testemunho, menos como Deputado e mais como ex-gerente do Banco do Brasil, do grande trabalho que aquêle órgão realiza no interior do Brasil. Existe uma agência do Banco do Brasil em Campo Mourão, atendendo cerca de seis mil agricultores, porque o Banco do Brasil depende, para êste atendimento de que aquêles que recorrem ao seu crédito, tenham suas propriedades legalizadas, e isto se deve ao Getsop. Na verdade o que eu vejo é a dificuldade com que órgãos federais atendem aquela região, parte da grande jurisdição que a êle está submetida. por outro lado o Getsop, grupo formado pela União e pelo Estado atendendo faixas legalizadas, criou uma estrutura regional, nascido ali mesmo, na nossa região, estrutura cujo quadro funcional é composto de elementos recolhidos para o trabalho no próprio sudoeste do Paraná; adquiriu melhores condições do que aquêles órgãos para atendimento de nossa região. Vejo com satisfação, quero consignar aqui, êste apêlo que V. Exa. faz à Casa, para que o Getsop continue trabalhando, estenda sua jurisdição para as terras do sudoeste paranaense. Peço a V. Exa. que veja nesta fórmula proposta, a única capaz de solucionar, a curto prazo, os graves problemas nascidos das terras litigiosas do oeste paranaense. Congratulo-me com V. Exa. e faço dêle também o meu apêlo a esta Casa, do resultado dêle depende, em contra-partida, a paz do oeste paranaense. — (Sem revisão do orador).

O SR. IVO TOMAZONI — Agradeço ao nobre deputado Sebastião Rodrigues, a solidariedade ao meu modesto pronunciamento, e gostaria de justificá-lo. Nós estamos vivendo, num dos Municípios da área do oeste paranaense, um drama sui-gêneris. O Sr. Prefeito Municipal, impedido sequer de alienar em forma de doação um lote urbano para que nêle se construa um hospital, atendendo à exigência da Federação dos Trabalhadores da Agricultura. Segundo o Deputado Lázaro Dumont, a Federação tem para cons-

truir no sudoeste do Paraná, dois hospitais, um dêles na sede do Município de Salgado Filho, o outro na sede de Capitão Leônidas Marques, município desprovido totalmente de assistência médico-hospitalar e, o Município de Capitão Leônidas Marques, pela exigência, antes do IBRA e agora do INCRA, está impedido sequer de doar lotes urbanos, porque cabe hoje, pela Legislação, o deferimento de titulação de qualquer porção de terra, mesmo na sede do Município, ao INCRA, que é quem tem o domínio sobre toda a gleba Andrada. Assim, está a população, está o Prefeito do Município, a Câmara de Vereadores, às voltas com um problema que, parece, não tem solução, a não ser que o INCRA entenda, como entendeu o Getsop, que a alienação do patrimônio dos municípios, das sedes e dos distritos, deva ser preterida à administração municipal, que deve também, é claro, respeitar o projeto de alienação feito, no caso, pelo INCRA; mas obstaculizar a alienação dos mesmos lotes dos municípios, das sedes e dos distritos, significa impedir, cercear, enterrar o desenvolvimento de uma cidade que, como as demais do Paraná, deseja desenvolver-se. É o apêlo que quero formular através de expedientes, ao Diretor do INCRA, para que permita à Delegacia do órgão instalado na região, reformular os critérios e normas rígidas estabelecidas para com aquele município; para que faculte, não com liberalidade, mas que faculte aos municípios, pelo menos, senão deferir aos municípios a faculdade de alienação, pelo menos atenda os apêlos formulados, no sentido de deferir estas porções de terra, para que ali se instalem, pelo menos, os órgãos tão necessários ao atendimento da população. Fica aqui o apêlo que, tenho certeza, haverá de encontrar eco na consciência de todos os srs. Deputados, que haverão de nos ajudar na sua formulação, para que assim tenhamos o atendimento urgentemente esperado.

Na região de Medianeira, dentre os assuntos já abordados, outro preocupa aquela região. Fala-se com insistência na possibilidade de o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), vir a fechar a estrada de integração, que liga a BR-277 em Medianeira com a região mais sudoeste do Estado, em demanda a Capanema, Planalto, Pérola do Oeste, Santo Antônio e Barracão. A preocupação tem razões fundamentais. Afirma-se que o IBDF, respeitando tratado internacional que data dos idos de 1930, estaria impedido de permitir a derrubada de uma só árvore nas reservas florestais limítrofes com outros países. Entre a manutenção da flora, respeitando dispositivos de tratado internacional, ao fechamento de uma estrada de inte-

Esta Assembléia Legislativa, aos senhores Deputados, quando da discussão, vai uma grande diferença.

são da Proposta Orçamentária para este exercício, quando da elaboração do Plano Trienal de investimentos para o Governo do Estado neste triênio, me ajudaram, aprovando a minha emenda que, transformada em lei, constante do Orçamento do Estado, colocou no plano estadual a estrada de rodagem de ligação da BR-277, na cidade de Medianeira, com Capanema, Planalto, Barracão, Pérola do Oeste e Santo Antônio. Por que? Porque a República Argentina está trazendo seu asfalto desde Buenos Aires, Missiones, chegando a Barracão. Esta estrada da Argentina está a 30 km. de Barracão, e teremos a possibilidade de escoar nossos produtos de exportação, não mais, talvez, pelo rio da Prata, mas agora por terra, com frete bem mais barato, sem despesas de serviços de cabotagem, ali por Barracão, trazendo as famílias as mercadorias, os turistas que haverão de ajudar no desenvolvimento do sudoeste paranaense, quando em demanda a Fóz do Iguaçu, ou quando ainda no sentido de Curitiba, aproveitando-se as estradas também constantes do Orçamento, com a aprovação de nossa emenda, que é o prosseguimento asfáltico da estrada a que a emenda se refere.

São obras inadiáveis para que se salve uma região da estagnação, e quero louvar a ação pronta do Secretário dos Negócios do Transporte do Estado do Paraná, dr. Walfrido Strobel. Tivemos em Francisco Beltrão, como temos em distritos rodoviários que têm a seu serviço um parque de máqui-

nas do DER, e do GETSOP. Aquêlê distrito rodoviário mal administrado, possibilitou até ao GETSOP pretendesse aquêlê grupo executivo a retirada de 10 tratores que estavam em convênio, servindo àquêlê distrito rodoviário na abertura, ampliação e conservação da estrada de integração.

Hoje, graças a ação do nôvo Secretário de Transportes, o GETSOP renovou o convênio com o DER, substituindo também o engenheiro-chefe daquele Distrito, colocando ali um engenheiro, jovem ainda, cheio de idealismo, filho daquela região que já começou a dar, a imprimir nova ação àquêlê distrito rodoviário.

E nós já estamos antevendo, com satisfação, os agricultores, os prefeitos, os lavradores, os comerciantes, os industriais também, vibrando porque os tratores começaram a comparecer para melhoria das estradas intransitáveis.

E os Deputados que representam aquela região Cândido Martins de Oliveira, Arizone Araújo e Sebastião Rodrigues, quando em visita àquela região, quanto choro, quantos gritos, quantas lamentações, da população ouviram porque se achavam intransitáveis as estradas que demandavam de Francisco Beltrão a Enéas Marques, de Francisco Beltrão a Ampére, Realeza, Planalto, não se falando da de Barracão-Capanema. Estradas tôdas tão necessárias ao desenvolvimento da região. Sempre comparecemos ao Distrito Rodoviário, e a argumentação do engenheiro-chefe era sempre a mesma: falta de recursos. Mas os tratores ficavam, às vêzes, por meses, entregues às mãos de prefeitos municipais, nossos amigos e companheiros também, que os usavam para nivelamento de sedes municipais, para abertura de ruas, para posteamento e para ajardinamento. E as estradas intransitáveis continuavam intransitáveis.

Quero cumprimentar S. Exa. o sr. Secretário dos Transportes e também lembrá-lo de que deve aquela Secretaria de Estado gestionar para que sejam liberados os recursos que uma lei da Assembléia Legislativa autorizou, para que o Governador do Estado obtivesse do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, verba para construção da estrada que liga Francisco Beltrão a Ampére, a Santa Isabel, a Realeza, a Planalto, a Capanema. Lembra-lo que os prefeitos municipais dessas comunidades, quase a totalidade delas, assinaram convênio com o DER e o GETSOP, dando ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico a procuração para que êle receba, pelo prazo de 10 anos as importâncias correspondentes às quotas do Fundo Rodoviário Nacional a que cada um dêsses municípios tem direito. Mas que os recursos venham, porque a estrada foi traçada, e que tenham início as obras que possibilitem, a curto prazo, a construção da estrada, já que as obras de arte foram concluídas. As pontes sôbre os rios Cotegipe e Capanema já foram inauguradas há cêrca de cinco anos, mas dependendo ainda do nôvo traçado para que o progresso daquela região continue.

Desejo, ao finalizar, congratular-me com os srs. Deputados representantes do Sudoeste paranaense com assento nesta Casa, porque temos tido, em algumas oportunidades, divergências políticas, mas quaisquer que sejam as diferenças entre nós, quando qualquer um de nós postula, para a região, obras que representam o desenvolvimento, o progresso e o bem estar das nossas comunidades, e da gente que ali moureja, essas diferenças desaparecem.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ouvi com muita satisfação o brilhante discurso de V. Exa. e as palavras do deputado Sebastião Rodrigues, em aparte à sua oração. Quero, também, juntar à sua expressão, a minha solidariedade com relação à atuação do GETSOP no sudoeste e ao apêlo que V. Exa. fêz, para que órgãos da República e do governo do Estado estendam atuação semelhante às áreas do oeste do Paraná.

Conheço, tanto quanto V. Exa., os problemas daqueles municípios, especialmente do município de Capitão Leônidas Marques, e dou aqui o meu

testemunho de que suas palavras correspondem à verdade dos acontecimentos que lá vão se desenrolando. Um Município rico, de povo trabalhador e honesto, que está tendo seu progresso cerceado em função da inexistência de uma solução jurídica definitiva para suas terras.

Fico sumamente satisfeito de ver que V. Exa. aborda com propriedade o problema rodoviário do sudoeste, e gostaria de aqui lembrar que o primeiro requerimento que apresentei nesta Casa, dirigido ao sr. Secretário de Transportes, ao sr. Diretor do DER e ao sr. Governador, foi no sentido de que se incluísse no plano rodoviário deste governo, a abertura e implantação asfáltica imediata da estrada que demanda União da Vitória, General Carneiro, Palmas, Clevelândia, Mariópolis, Vitorino, ligando Pato Branco a 3 Pinheiros.

Pato Branco-Três Pinheiros, construída no governo Paulo Pimentel, já significou um grande impulso no setor rodoviário, para o sudoeste do Paraná. Lembro com satisfação o discurso que V. Exa. proferiu na ocasião da inauguração, agradecendo ao Governador Paulo Pimentel o fato de ter jogado recursos e ter construído aquela estrada, a primeira estrada que dá condições de escoamento à produção do sudoeste para o resto do Paraná.

V. Exa. tem a minha solidariedade pessoal, porque sei que nesta Tribuna, V. Exa. representando o povo do Paraná, do sudoeste, está lutando para levar para nossa região, sem divergências políticas e sem interesse pessoal, os benefícios que o sudoeste está esperando deste Governo e que espera do governo Federal.

O SR. IVO TOMAZONI — Agradeço a V. Exa., primeiro a solidariedade ao meu pronunciamento, e desejava também afirmar que a estrada pioneira do desbravamento daquela região, União da Vitória-Pato Branco, via Palmas, Clevelândia, Mariópolis, deve, ao seu tempo, merecer os cuidados dos órgãos governamentais, e lembro que os 138 Km. de estrada asfaltada que integram o sudoeste, via Três Pinheiros-Pato Branco, foi talvez a estrada construída em menor espaço de tempo, em qualquer época, neste Estado.

Mas devo também chamar a atenção dos Deputados para um problema que eu considero muito grave. A BR-373, aquela que demanda a Três Pinheiros-Pato Branco, via Coronel Vivida, estrada concluída e que atingiu Pato Branco numa distância de 128 km. Também além de Pato Branco 10 kms. concluída em demanda a Vitorino, Renascença e Marmeleiro. Daí deve seguir, segundo o plano estadual de estradas de rodagem, para Barracão e Francisco Beltrão. O grupo dinamarquês encarregado de estudar a BR-272 deu ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem como solução o traçado Cel. Vivida-Francisco Beltrão. É possível que este traçado pudesse atender o município de Tapejara do Oeste, porque o seu traçado aproxima a sede municipal da futura estrada asfaltada. Porém, teríamos a descoberto os municípios de Vitorino, Renascença e Marmeleiro. Isto iria prejudicar o Estado do Paraná, enquanto que com a estrada no traçado atual, prosseguindo de Pato Branco a Vitorino, haveria a possibilidade de atrairmos para aquela região toda a enorme produção de cereais e rebanhos de suínos, um dos maiores do país, que se encontra no norte de Santa Catarina. Eles vêm de Santa Catarina para Pato Branco com grande dificuldade. Se a estrada fôsse no sentido de Vitorino teríamos, no futuro, condições de atender aos municípios de Xapacó, Xanxerê, Abelardo Luz no sentido de Clevelândia-Palmas e Palmas-União da Vitória.

O sr. Domício Scaramella — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quero congratular-me com o nobre Deputado pelo interesse que vem demonstrando com relação às estradas.

Lembro aqui o problema de União da Vitória, que é de calamidade pública, principalmente onde se encontra o 4.º Distrito Rodoviário.

Congratulo-me com V. Exa. quando disse que o ilustre Secretário dos Transportes dinamizou o Distrito Rodoviário de Francisco Beltrão. Gostaria de solicitar que V. Exa., neste brilhante pronunciamento que vem fa-

zendo, pedisse ao Secretário dos Transportes que fizesse o mesmo que fez ao Distrito Rodoviário de Francisco Beltrão com relação ao 4.º Distrito, de União da Vitória. Já fizemos vários requerimentos neste sentido e nada conseguimos.

Como representante de União da Vitória deixo aqui o meu apêlo.

O SR IVO TOMAZONI — Quando me referi ao sr. Secretário dos Transportes, dr. Walfrido Strobel, para justificar, foi para dizer que S. Exa. conseguiu, graças a Deus, a reformulação do Convênio DER-GETSOP. Sem a reformulação, o GETSOP haveria de retirar do Distrito Rodoviário de Francisco Beltrão os inúmeros tratores que mantém trabalhando em convênio com aquele Distrito Rodoviário. Mas eu queria, sr. Presidente, dizer que, ao deixar a tribuna o faço esperançoso, certo de que o atual Governador Haroldo Leon Peres, já está equacionando a solução dos problemas. Quero crer, não só do sudoeste paranaense, mas do Estado do Paraná todo, porque tivemos ciência de que S. Exa. já está em fase adiantada nos entendimentos que visam a obtenção de recursos externos para a implantação, no Paraná, de cerca de mil quilômetros de estradas asfaltadas, e lembrar também a Casa de que quando o Governador, antes de sua posse, visitou Pato Branco, numa reunião havida no Gabinete Municipal Alberto Cadam, assistido por vários Prefeitos Municipais por provocação nossa, também com representantes de firmas empreiteiras, demos a S. Exa., de forma resumida e sucinta, é verdade mas demos a ele conhecimento da situação das estradas da região, dizendo-lhe inclusive quais as obras que poderiam ser delegadas pelo D.N.E.R. ao D.E.R.; indicamos recursos que já estavam em fase de obtenção e nós temos esperança total, confiança ilimitada no homem que está a dirigir os destinos deste Estado, porque sabemos ser homem íntegro, com vontade de trabalhar, que transcende a qualquer capacidade física humana, porque temos assistido S. Exa. atravessando noites no Palácio, depois de um dia com a agenda inteira tomada, preocupado em que os órgãos diretos da sua administração, a curto prazo equacionem os problemas, para que possa atacar as obras e demonstrar ao povo paranaense que este Governo será um Governo de trabalho, será um Governo voltado aos interesses da comunidade paranaense, um Governo que haverá de fazer, de consolidar a economia paranaense. Ontem, quando visitei a Comissão Especial das obras da Usina do Salto Osório, eu me comovi, porque verifiquei que nestes primeiros dias de Governo, a Copel absolutamente não sentou para pensar no que deveria fazer. Está desenvolvendo ali, às margens do Rio Iguaçu, uma das obras de maior grandiosidade neste país, o ritmo dos trabalhos imprimidos naquela obra energética, a organização das equipes que têm em si a responsabilidade da organização da cidade que se está formando ali naqueles confins, nas reservas José Ermírio de Moraes, ali no Município do Iguaçu e São Jorge do Oeste, são de sensibilizar, de fortalecer o idealismo de qualquer brasileiro que se preocupe com o desenvolvimento deste Estado. E o D.E.R., tenho certeza, a Secretaria dos Transportes haverá de imprimir neste governo também, o mesmo ritmo de trabalho que a COPEL continua imprimindo na execução das suas obras.

O que é necessário, e não é preciso que eu apele, é que os Deputados confiem em que o Paraná haverá de se projetar cada vez mais. Mas o que devemos fazer no interior, participando das reuniões dos Prefeitos, visitando líderes das comunidades, é fazer com que eles confiem tanto quanto nós no futuro paranaense, ajudem no desenvolvimento do nosso Estado, confiando, sobretudo, no homem que aí está, a dirigir os destinos do povo paranaense. Para que, sentindo-se estimulado, sentindo-se apoiado pelas forças vivas desta terra ele atribua aos seus subordinados o ritmo de trabalho que ele vem desenvolvendo ali no Palácio Iguaçu. Tem o aparte o nobre deputado Paulo Poli.

O sr. Paulo Poli — Nobre Deputado, serei rápido em meu aparte. Apenas para registrar a nossa admiração cada vez maior por V. Exa. que, no

pronunciamento desta manhã, nos empolga sobremaneira. Ouvimos o discurso de V. Exa., de uma profundidade, de um patriotismo a toda prova, porque, nobre Deputado, V. Exa. caracterizou bem a sua posição. V. Exa., que representa o povo do Paraná, deixou transparecer em seu pronunciamento, aquela convivência que realmente o Parlamentar tem com os seus representados. Nas sugestões que V. Exa. faz da tribuna, estamos sentindo bem de perto, que V. Exa. está trazendo ao conhecimento das autoridades desta Casa, o que mais convém ao povo da região que representa, no que tange a traçados de estradas. E haveremos de convir, nobre Deputado, a técnica é a grande tônica dos governos modernos, não há dúvida. E nós respeitamos, porque realmente a orientação técnica dos governos modernos têm dado este sentido. Haveremos de contribuir, repito, para que o parlamentar, o representante do povo, sinta mais de perto as necessidades reais daquilo que muitas vezes se traça friamente em papel.

Então, quando vejo Deputados com a estrutura de estadista, como é V. Exa., pedir este aparte, tirando um pouco do brilhantismo deste grande discurso que faz V. Exa., para me colocar aqui solidário a este pronunciamento tão oportuno.

O SR. IVO TOMAZONI — Só a grande amizade...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre orador que está findando a hora concedida para V. Exa. usar da palavra.

O SR. IVO TOMAZONI — Muito obrigado — Só a grande amizade que sempre nos uniu justificam as palavras de V. Exa., bondosas como foram. Mas, sr. Presidente, ao deixar esta tribuna, eu o faço agradecendo os apertes que me foram oferecidos, dos srs. Deputados que, preocupados com a administração e o progresso deste Estado, haverão de conosco lutar para que o Estado paranaense consiga, através do seu governo, o objetivo a que se propõe, de dotar o Estado do Paraná de obras de infra-estrutura capazes de propiciar um desenvolvimento racional mais rápido ao nosso interior. E este desenvolvimento haverá de facilitar ao Governo do Estado na execução de obras de valorização do homem nos seus programas de educação, saúde e assistência à lavoura e à pecuária.

Ao despedir-me, peço escusas aos Deputados se nesta reunião matutina pretendi prender a atenção de todos. Mas, se o fiz, foi traduzindo aqui as reivindicações de uma região que espera muito de nós, seus representantes nesta Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tenho a satisfação de anunciar a presença dos vereadores Afonso Moleta, de São José dos Pinhais e Miguel de São Mateus do Sul.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Antônio Belinati, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Antônio Costa, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 176-69, de autoria do dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio através do D.E.R., com o Município de Floresta, para pavimentação asfáltica da via que liga aquele Município à Rodovia Maringá-Campo Mourão. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 176-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, através do Departamento de Estradas de Rodagem, a celebrar convênio com o Município de Floresta, para proceder a pavimentação asfáltica da via que liga a sede daquele Município à Rodovia Maringá-Campo Mourão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de Novembro de 1970.

aa) IVO TOMAZONI — Presidente

OLAVO FERREIRA — Relator

ROBERTO GALVANI

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 188-70, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 54-70 — que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria a estrada municipal que liga Campo Mourão, Araruna, São Lourenço à Cianorte. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 188-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga Campo Mourão, Araruna, São Lourenço à Cianorte.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de Novembro de 1970.

aa) IVO TOMAZONI — Presidente

OLAVO FERREIRA — Relator

ROBERTO GALVANI

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 252-69, de autoria do dep. Antonio Lopes Júnior, que objetiva acrescentar o parágrafo que especifica ao Art. 88 da Lei n. 4978 de 5 de dezembro de 1964 (Sistema Estadual de Ensino) — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 89-70, de autoria do dep. Paulo Peli, que cria uma Escola Normal de Grau Secundário no Município de Terra Roxa. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. — com **SUBSTITUTIVO GERAL. Aprovado pelo substitutivo, artigo por artigo.**

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 30-70, de autoria do dep. Luiz Cruz, que autoriza o Poder Executivo, a doar à Prefeitura Municipal de Colombo, através do D.A.E.E., o material elétrico, entregue em comodato àquela Prefeitura. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. com **SUBSTITUTIVO GERAL. — Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 30-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Colombo, através do Departamento de Águas e Energia Elétrica o material elétrico, entregue em comodato a aquela Prefeitura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1970.

a) Dep. Luiz Cruz

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o elevado número de estabelecimento do Estado, situados no Município de Colombo, beneficiados com luz e força, de acordo com o que abaixo se especifica:

Ginásio Estadual Abrahm Lincoln, Grupo Escolar Cristovão Colombo, Delegacia de Polícia, Posto de Puericultura, Posto de Saúde Pública, Inspetoria de Ensino, Estacionamento do Parque Castelo Branco, Forum da Comarca de Colombo, Escola Isolada de São João, Casa Escolar de São Gabriel, Escola de Capivari, Escola Isolada de Presidente Faria, Escola Isolada de Ribeirão da Onça, Escola Isolada Guaraituba, Escola Isolada Moinho Velho.

Espero que justifique plenamente, o objetivo consubstanciado no presente anteprojeto de lei, salvo melhor interpretação.

Senhores Deputados, confiante no elevado espírito de compreensão dos ilustres companheiros, aguardo seja aprovado o presente projeto de lei.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER ao Projeto de Lei n. 30-70

É legal e constitucional pela aprovação.

É o parecer.

aa) Emilio Carazzai — Presidente

Arnaldo Busato — Relator

Ivo Tomazoni

Antônio Lopes Júnior

Paulo Poli

Paulo Camargo

Alencar Furtado

Fabiano Braga Côrtes

Comissão de Finanças

PARECER

Ao Projeto de Lei n.º 30-70

AUTOR: DEPUTADO LUIZ CRUZ

Visa o presente plano de lei, de autoria do nobre deputado Luiz Cruz, doar a Prefeitura Municipal de Colombo, através do Departamento de Águas e Energia Elétrica, o material elétrico entregue em comodato à referida Prefeitura.

Do ponto de vista financeiro, matéria de nossa competência para opinar, não há óbice, visto tratar-se de projeto meramente autorizatório.

Somos pela aprovação de acordo com o substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 8 de julho de 1970.

aa) Roberto Galvani — Presidente

Silvio Barros — Relator

Roberto Wypych

Paulo Poli.

Comissão de Finanças

Substitutivo ao Projeto de Lei n. 30-70

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Colombo, através do Departamento de Águas e Energia Elétrica, o material elétrico, entregue em comodato a aquela Prefeitura.

Art. 2.º — Para melhor resguardar os bens públicos, a doação deverá ser condicionada à sua inalienabilidade a qualquer título e, se esta ocorrer, o patrimônio reverterá ao coador.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8 de julho de 1970.

aa) Roberto Galvani — Presidente

Silvio Barros — Relator

João Mansur

Paulo Poli

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei que concede o título de cidadão paranaense ao General José Campos de Aragão. — **provado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado sugestão ao sr. Persio Ferreira, DD. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que seja criado um grupo de trabalho para estudar os problemas do sistema penitenciário paranaense e seu aprimoramento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antonio Belinati, constante do Expediente, solicitando o asfaltamento das estradas Londrina-Mauá; Campo Mourão — Cascavel, Mauá-Faxinal — Jardim Alegre-Ivaiporã; Londrina Warta — Sertãoópolis-Porto Charles; Londrina-Bela Vista — Alvorada do Sul e uma rodovia ligando Rolândia direto a Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Muggiati Filho constante do Expediente, solicitando seja encaminhado sugestão ao sr. Persio Ferreira, sultos relativos à Estrada de Ferro Central do Paraná.

Em atenção ao solicitado pelo deputado Muggiati Filho, esta Presidência, usando da competência que lhe confere o artigo 40, do Regimento Interno, convoca os srs. deputados, Paulo Poli, Leopoldo Jacomel, Basílio Zanusso e Marciano Baraniuk, da ARENA, e o sr. deputado Muggiati Filho, do MDB, para se reunirem, na Sala das Comissões, sob a presidência do sr. 1.º Vice Presidente, às 10 horas, segunda-feira, dia 26, a fim de proceder à instalação da Comissão Especial destinada a verificar as Obras da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Requerimento de autoria do sr. deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, pedindo informações ao sr. Secretário de Saúde. Em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR — Peço a palavra, para discutir, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do sr. deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Jornal "PLIM". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Kruger constante do Expediente de sessão anterior, solicitando uma Comissão composta de 3 membros para averiguar com serenidade e energia, a lamentável intervenção praticada pela Polícia do Paraná, nas dependências da Televisão Iguaçu Canal 4. — **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antonio Belinati, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando informações à Comissão Executiva. Em votação.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Para discutir) Sr. Presidente, srs. Deputados.

Nós vamos proceder, novamente, a leitura desse nosso requerimento: (Lendo):

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Comissão Executiva desta Casa, o seguinte pedido de informações:

1 — Qual é o número de funcionários deste Poder, seus nomes, funções e devidas lotações;

2 — Se existir, quais os funcionários deste Poder Legislativo, que estão à disposição de outros órgãos, com seus nomes, cargos e data da disponibilidade;

3 — Se existir, quais os funcionários de outros órgãos que estão à disposição deste Poder, seus nomes, cargos e data da disponibilidade, relacionando as gratificações que, por acaso, perceberem;

4 — Quais os funcionários desta Casa que percebem serviços extraordinários, quais as gratificações e suas lotações;

5 — Quais os funcionários desta Casa, que por outros motivos não prestam serviço à mesma.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1971.

(a) Antônio Belinati"

Nós queremos, desta tribuna, apelar à nobre e soberana bancada da Aliança Renovadora Nacional, ao seu líder, para que aprove esse nosso pedido de informações. Esta é, inegavelmente, a casa do povo, nada aqui deve ser negado e nada mais estamos fazendo, do que requerer ao sr. Presidente da Assembléia, um pedido de informações, porque, na verdade, o Diário Oficial desta Casa, deveria até mudar de nome, ser mensal, porque o último Diário que recebemos data de 23 de março. Amanhã vai completar um mês que recebemos o Diário da Assembléia, nem sabemos se está ainda circulando. O gabinete do MDB não está recebendo o Diário. Ele deveria circular diariamente, para conhecimento dos srs. Deputados. Já estamos aqui há quase três meses e ainda não nos inteiramos de quantos funcionários possui a Assembléia Legislativa. Fala-se, que temos mais de 500. Queremos receber uma informação oficial da própria Mesa Executiva; queremos saber quais os funcionários, que, além do seu salário normal, estão recebendo vencimentos extras, porque, sr. Presidente, se eventualmente existir algum funcionário que não compareça com pontualidade ao serviço, ele deverá ser excluído do quadro de funcionários, e devemos usar aquele dinheiro para melhorar o salário daqueles que comparecem ao serviço. Vemos uma equipe de funcionários valorosos, comparecendo e prestando serviços aos srs. Deputados e às demais dependências da Assembléia, mas se há algum funcionário que aqui não vem diariamente, que não presta serviços, com regularidade, o caminho legal seria, quem sabe, excluirmos esse funcionário do quadro, valorizando mais aqueles que trabalham.

A hora é de dar valor aos que trabalham. Nós estamos interessados também em saber das gratificações que são pagas aos servidores deste Poder Legislativo e estamos fazendo esse requerimento e apelando a todos os srs. deputados para que o aprovem, para orientação de cada Deputado e da opinião pública, mostrando que realmente a Assembléia Legislativa está com as portas abertas para o povo, que aqui não há segredos, porque estamos representando os interesses do povo.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Junto meu apêlo ao de V. Exa., à bancada majoritária. Entendo mesmo que isso que V. Exa. solicita deveria ser fornecido à Casa no início de cada legislatura. Pois, se é negado ao Deputado o direito de saber o estado funcional desta Casa, não posso acreditar que nós tenhamos qualquer missão a cumprir aqui dentro. Acho até que o primeiro de nossos deveres, é saber qual a situação funcional desta Casa.

Isto deveria ser distribuído, repito, ao início de cada Legislatura, ainda mais, como V. Exa. bem ressalta que estamos recebendo o Diário Oficial da Assembléia com atraso de cerca de trinta dias. Isto nos impede de acompanhar passo a passo a administração desta Casa. Não vi nisso qualquer restrição.

Entendo que o requerimento de V. Exa. é do interesse de todos aqueles que aqui se encontram representando o povo paranaense. Tenho certeza que a bancada do Governo irá aprová-lo porque, de fato, vem ao encontro dos interesses desta Casa. É preciso que acompanhem passo a passo o que é feito nesta Casa, inclusive para podermos informar lá fora.

Verifiquei no Diário Oficial do último dia 15, que um médico foi colocado para servir a liderança da ARENA. Gostaria de obter maiores informações. Com o requerimento de V. Exa., iremos ter uma posição global da situação administrativa da Casa.

Cumprimento V. Exa. e dirijo um apêlo à bancada da maioria para

que aprove o requerimento do deputado Antonio Belinati a fim de que possamos saber a situação funcional desta Casa.

O SR. ANTONIO BELINATI — Agradeço o brilhante aparte do deputado Sebastião Rodrigues, que vem ilustrar o nosso pedido de informações. Como dissemos, se o requerimento for rejeitado, isto poderia ser encarado pela opinião pública como estando esta Casa escondendo algum segredo do povo, quando não é isto que os Deputados, tanto da ARENA como do MDB, desejam.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Para uma questão de ordem). Sr. Presidente, gostaria que informasse se o requerimento de autoria do sr. deputado Antonio Belinati depende de votação e pronunciamento do Plenário.

O requerimento em primeiro lugar quer saber como andam as coisas dentro deste Poder. Tenho a impressão que a matéria é puramente de ordem interna e está restrita exclusivamente à Mesa Diretora do Poder Legislativo e que independe portanto de votação o requerimento formulado pelo deputado Antonio Belinati.

Pelo menos o bom senso assim indica. Se o Regimento dispõe o contrário, na próxima reformulação é um ponto pelo qual devemos nos bater. É constrangedor e qualquer membro deste Poder votar requerimento que solicita informação à Mesa. Conhecemos o espírito público de todos os componentes da atual Mesa Diretora, e temos certeza de que a Mesa Diretora não se negará a prestar qualquer informação a quem quer que seja, sobre a aplicação dos dinheiros públicos. Isto é próprio, isto é inerente aos homens de bem, aos homens de responsabilidade como os que hoje compõem a Mesa Diretora da Assembléia.

Esta é a minha questão de ordem. Gostaria que informasse, porque não desejaríamos votar nem a favor e nem contra o requerimento. Achamos que independe de votação, de pronunciamento do Plenário, e deve apenas cingir-se ao despacho da Mesa Diretora dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência esclarece que se trata de Pedido de Informações e sempre foi norma da Presidência colocar em votação. Muito embora seja pensamento desta Presidência, acredita que a bancada da maioria desta Casa deverá aprovar o referido requerimento.

O SR. IVO TOMAZONI — (Para discutir o requerimento). Sr. Presidente, srs. Deputados:

Parece-me que o requerimento do ilustre deputado Antonio Belinati tem o escopo de provar a esta Casa irregularidades na distribuição do pessoal do quadro desta Assembléia. Não poderia o Deputado que tem a responsabilidade atribuída pelo decreto 573-67 deixar de vir a esta tribuna, na discussão do requerimento, para dar antecipadamente algumas informações.

Primeiro — A Comissão Executiva deste Poder, em momento algum, pretendeu esconder dos srs. Deputados, qualquer exemplar do Diário Oficial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. A matéria que deve ser publicada, e todos os atos são publicados, é encaminhada diariamente ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, que é quem confecciona o Diário da Assembléia. Se existe morosidade na composição da publicação e na distribuição destes Diários Oficiais, não cabe à Assembléia a culpa, e não deve ser a Mesa responsabilizada por esta irregularidade apontada pelo deputado Antonio Belinati. E, devo dizer à Casa que os Deputados que tem mantido contato com o sr. Presidente, com o 2.º Secretário e comigo, estão perfeitamente informados de que jamais esta Comissão Executiva pretendeu esconder, de qualquer Deputado, qualquer fato, qualquer ocorrência, tanto é, sr. Presidente, que eu vim para esta tribuna para apelar à bancada da ARENA, que aprove por unanimidade o pedido de informação formulado pelo Deputado do MDB, e nós haveremos de provar que os funcionários à disposição de Deputados, que recebem função gratificada, que os

funcionários desta Casa que estão à disposição do Poder Executivo, e do Poder Executivo à disposição desta Casa e, principalmente, os funcionários que estão à disposição dos srs. deputados, foram lotados dentro de um critério que vem de há muitos anos sendo adotado nesta Assembléia Legislativa. Nós não fizemos grandes reformulações neste sentido. O que fizemos foi baixar um Decreto Legislativo atribuindo maiores responsabilidades aos srs. funcionários, o que nós fizemos foi reduzir o número de funcionários que percebem gratificação de função por serviços extraordinários, e nós o fizemos por considerarmos que tínhamos um número elevado de funcionários que percebiam esta gratificação foi porque a dotação orçamentária não nos permitiu manter o número que nós encontramos. Porque nós gostaríamos, sr. Presidente, de que todo o funcionalismo desta Casa que presta serviços nos Departamentos, nas Divisões, nos Serviços existentes aqui, percebessem esta remuneração melhor. Porém temos no orçamento tão somente 65 milhões de cruzeiros para fazer face a esta dotação, e encontramos o mês de janeiro com uma despesa a esta conta superior a 85 milhões de cruzeiros que, multiplicada por 12 meses, teríamos que dispor ou contar com dotação superior a um milhão de cruzeiros. Foi por esta razão que alguns cortes foram feitos, mas se foram feitos, o foram dentro de um critério rígido e nós, a Comissão Executiva, demos autonomia ao Diretor Geral, que é quem superintende o funcionalismo da Assembléia para que verificasse da necessidade ou não, dialogando com os diretores dos diversos setores da Casa e nós, até hoje, não recusamos não deixamos de atribuir nenhuma função a qualquer funcionário, solicitada por qualquer diretor, através do Diretor geral. Nós entendemos, mesmo à margem do 573 e do próprio Regimento Interno de dar autonomia ao diretor geral, aos diretores para que eles atribuam maior responsabilidade como, aliás, sempre tiveram responsabilidade, na condução dos serviços atinentes à administração da Casa. Peço, sr. presidente, aos srs. deputados, que aprovelem este pedido de informação, mas que digam ao subscritor, que no momento em que o desejar, temos anexo ao Departamento de Finanças, o nosso Departamento de Pessoal com esta finalidade de bem funcionar, e poderá dar atendimento ao pedido do nobre Deputado, autor do requerimento.

Nós estamos prontos para, a qualquer instante, fornecer a relação dos funcionários, principalmente daqueles que estão à disposição das lideranças do MDB e da ARENA. Não há porque escondermos ou pretendermos esconder qualquer ato da Comissão Executiva. Eu não considero intempestivo o requerimento, mas desnecessário, porque o órgão da Casa nunca teve e não terá de nossa parte qualquer restrição no fornecimento de qualquer informação, quando as mesmas são solicitadas.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. exa. permite um aparte? (Assentimento) V. Exa., ao anunciar a sua fala desta tribuna, procurou fazer ver à Casa, que o requerimento da autoria do deputado Antonio Belinati, é para apurar as irregularidades da Comissão que dirige esta Casa. Creio que V. Exa. procurou expor muito bem a situação, pois entende que o requerimento do nobre deputado Antônio Belinati tem a finalidade de fazer com que os demais membros da Casa possam ter uma visão global da situação funcional deste Poder. Repito o que disse o nobre deputado Antônio Belinati, acho que esta situação deveria ser fornecida aos srs. Deputados, já no início de cada Legislatura. Porque eu entendo que a primeira coisa que o Deputado deve saber, é a situação da Casa à qual ele pertence. Não pretendo dizer a V. Exa. o que o nobre deputado Belinati quer com o seu requerimento. Quero dizer a V. Exa. que entendo que V. Exa. entendeu muito bem o problema. Não há absolutamente qualquer desconfiança em relação à atitude da Comissão Executiva. Quero dizer, que de minha parte, o sr. Presidente desta Casa, V. Exa., como os demais membros da Comissão Executiva, são credores de toda a nossa confiança. Entretanto, pretendo também pedir a confiança dos srs. Deputados, para que consigamos saber a situação funcional da Casa,

sem que disso seja tirada qualquer conclusão precipitada. Não há qualquer desconfiança, nobre Deputado, mas como já disse, a Comissão Executiva tem que dar conhecimento aos srs. Deputados da situação funcional da Casa. V. Exa. é merecedor de toda minha confiança, como também os demais membros da Comissão. A V. Exa., que está sendo muito brilhante no seu discurso, o nosso muito obrigado. Era o aparte.

(Sem revisão do orador).

O SR. IVO TOMAZONI — Continuo no meu ponto de vista. Nada há que deva ficar oculto. Tudo o que se faz chega ao conhecimento dos srs. Deputados. Se há atraso na distribuição do Diário Oficial que publica atos da Comissão Executiva e das Diretorias deste Poder, não deve isto ser debitado à Comissão Executiva da Assembléia Legislativa. Nós já fizemos apêlo ao Diretor da Imprensa Oficial no sentido de que nossos Diários Oficiais mereçam ser imprimidos com maior urgência. O Diretor da Imprensa Oficial tem suas razões. Vamos aguardar que a Imprensa Oficial mude-se para o novo prédio onde terá, quem sabe, melhores condições para imprimir os Diários e esta falha será superada.

Quanto à resposta aos quesitos formulados, será dada pelo Departamento competente desta Casa. Lembro a todos que os atos desta Comissão Executiva sempre foram presididos dentro de um critério rígido adotado pela mesma Comissão. Haveremos de satisfazer ao nobre deputado Antônio Belinati na resposta a seu requerimento. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão

O SR. JOÃO MANSUR — Peço a palavra para discutir, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. Deputado.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A questão de ordem formulada pelo deputado Erondy Silvério é procedente. Realmente, requerimento desta ordem é da exclusiva competência da Comissão Executiva, razão por que eu quero me congratular com a Comissão Executiva desta Casa. Quando consultei o Presidente Wilson Fortes, ele me disse que todos os órgãos da Assembléia Legislativa estavam à disposição de qualquer um dos senhores Deputados, para que lá pudessem obter as informações do número de funcionários, quanto ganham, quais os que estão à disposição do Executivo e quais do Executivo à disposição deste Poder.

Vejam os Senhores a maneira aberta com que vem se comportando a Comissão Executiva da Casa. Um requerimento que poderia ser deferido pela própria Presidência, preferiu que ele visse à discussão. Confesso, este requerimento para mim é inócuo. Votaremos favoravelmente ao requerimento, atendendo à solicitação da Comissão Executiva da Casa, mas acho que o que se pretende fazer com este requerimento é promoção pessoal para que amanhã, lá fora, se diga que irregularidades se estão cometendo aqui através da Comissão Executiva do Poder Legislativo. O que deveria fazer o sr. Antônio Belinati, zeloso como quer ser, era indicar as irregularidades, apresentá-las, para que fôssemos os primeiros a procurar junto à Comissão Executiva...

O sr. Antônio Belinati — Devo salientar a V. Exa. que a parte de promoção pessoal fica por conta exclusiva de V. Exa., porque entendemos ser nosso direito pedir informações à Comissão Executiva. Não o fizemos com o pensamento voltado para o caráter promocional. Talvez fôsse até mais promocional não solicitarmos essas informações. E o que fizemos foi para atender aquilo que estava em nossa consciência. E queremos dizer que nenhuma denúncia de irregularidade motivou a apresentação de nosso requerimento.

O SR. JOÃO MANSUR — A bancada da ARENA irá satisfazer a vontade

do nobre Deputado. E tenho certeza que a Comissão Executiva fornecerá todos os dados referentes a seu requerimento.

Só queríamos deixar patente, ao nos congratularmos com a Comissão Executiva que vem dirigindo os destinos desta Casa, que este requerimento poderia ser deferido pelo próprio Presidente que, ao colocar o requerimento em votação deu uma demonstração inequívoca de que nada quer esquecer dos srs. Deputados e do povo do Paraná.

O sr. Leopoldo Jacomel — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, ouvi com bastante atenção o esclarecimento de V. Exa. e a maneira como quer conduzir a bancada. Quero associar-me a V. Exa. quando diz que o requerimento tem objetivo, inclusive, de promoção pessoal. E não sendo assim, provado o meu pensamento pelo autor do requerimento, eu solicitaria ao nobre deputado Antônio Belinati que esclarecesse se já solicitou tal requerimento à Comissão Executiva, por ofício, como deveria fazê-lo, e não suometeu o requerimento a Plenário, para que os srs. Deputados o apoiem. Entendo, quicá, que S. Exa. está querendo jogar a Comissão Executiva contra os funcionários desta Casa.

É um fato inédito requerimento dessa ordem. Vou votar favorável por coerência, mas em desacôrdo com nossa consciência.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do nobre Deputado.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Respondendo ao deputado Leopoldo Jacomel, devo esclarecer que este nosso pedido está assinado devidamente para ser submetido à apreciação dos srs. Deputados.

Devo salientar, nobre Deputado, que o deputado Leopoldo Jacomel tenta assim nos jogar contra funcionários da Casa, quando pudemos destacar bem nosso ponto de vista. Se alguém está tumultuando aquilo que dissemos, não sabemos se por maldade ou por quê, mas frisamos bem, devemos valorizar os funcionários que trabalham e que devem ter grandes salários. E se houver algum que não trabalha deve ser excluído para que se melhore os vencimentos daqueles que prestam serviço com pontualidade.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte de V. Exa.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado João Mansur, já se faz tarde, mas este reparo é necessário. O nobre deputado Leopoldo Jacomel deixou bem claro o caminho que deverá ser tomado pelo eminente representante do MDB.

Deveria, de fato, S. Exa., primeiramente dialogar com a Comissão Executiva. Se não fôsse atendido, fazer um ofício dirigido à referida Comissão, porque esse é um assunto inteiro, e a Comissão Executiva merece todo nosso respeito.

Então, quando V. Exa. disse, dessa tribuna, que o eminente Deputado que subscreveu esse requerimento pretendia fazer promoção pessoal, está realmente tentando fazer promoção pessoal. Aqui não é uma emissora de rádio. Esta Casa é de respeito, e não podemos admitir que sobre nossas costas, nossos ombros, venham falsos demagogos fazer aqui promoção pessoal.

Voto favoravelmente ao requerimento, porque assim determinou a liderança da bancada, mas que esse fato não se repita nesta Assembléia, que nenhum Deputado queira fazer promoção à custa de outros Deputados. Não permito que fatos assim aconteçam e se repitam.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do deputado Paulo Poli, e também o aparte do deputado Jacomel. Realmente, era essa nossa intenção mas, atendendo à solicitação da Comissão Executiva, que mais uma vez cresce no nosso conceito, pela maneira aberta com que vem dirigindo os destinos da Casa, a bancada da ARENA votará favoravelmente ao requerimento. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, srs. Deputados.

Nós não tínhamos a intenção de discutir o requerimento do deputado Antônio Belinati. Mas, como temos por princípio que, acima das vontades das lideranças — existem duas lideranças eminentes nesta Casa — nós colocamos aquilo que nossa consciência determina, principalmente em matéria de Regimento Interno, que é o Código que nos deve orientar acima de tudo, e que não raro é esquecido por esta Casa, nós queremos dizer que não achamos, em absoluto, anti-regimental, o requerimento do nobre deputado Antônio Belinati. Não quero entrar no mérito do requerimento do meu nobre colega; é uma iniciativa que ele tomou, mas acredito, cercada dos melhores desígnios, ao contrário do que se diz nesta Casa. Não vejo demagogia, em absolutato, no seu requerimento; pelo contrário, fazendo-o e trazendo-o ao Plenário, demonstrou que não está por trás dos membros desta Casa, procurando motivo para poder desmoralizar aquilo que se interpretou aqui no tocante à Comissão Executiva.

Acho que o requerimento é regimental. Todavia, com relação ao que se disse de infração do Regimento Interno, nenhum dos srs. Deputados — aos quais devemos o máximo respeito — citou o número do artigo do Regimento que foi violado. Vou citar aos srs. as atribuições que, por despacho, cabem ao Exmo. Sr. Presidente da Assembléia. “Estão sujeitos a despacho do Presidente e independem de apoio preliminar de votação e discussão, os requerimentos do art. 132 e seus diversos números”; porém, nenhum dos itens se refere ao requerimento de informações à Comissão. Entendo que a Comissão Executiva interpretou o Regimento do mesmo modo que nós estamos interpretando.

Estabelece o Regimento, no art. 134, § 4.º, VIII, que toda matéria que não diga respeito a incidente regimental no Plenário, deve estar sujeita a requerimento, por escrito, sob deliberação do Plenário”. Portanto, o requerimento formulado pelo deputado Antônio Belinati, no meu entender e, segundo o espírito dos requerimentos, de pedido de informação é atribuição nossa.

Se eu entendesse que esse requerimento fôsse anti-regimental, devo confessar nesta Casa, eu não seguiria o líder de nossa bancada, se ele assim o exigisse, porque não posso admitir que a vontade do homem que sobreponha à vontade da lei.

Isto para mim não é direito de liderança. Portanto, votarei a matéria de acordo com aquilo que entendo razoável no seu mérito. Voto porque entendo que é regimental. Era o que tinha a dizer nesta oportunidade.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte?

Era só. (Sem revisão do orador).

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — A Mesa esclarece ao Deputado que, para encaminhar a votação, não são permitidos apartes.

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 26, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL: — dos Projetos de Lei nrs.: 152-69, 119-70, 300-70;

3a. DISCUSSÃO: — do Projeto de Lei n.º: 89-70;

2a. DISCUSSÃO: — do Projeto de Lei n.º: 30-70.

Levanta-se a Sessão.